

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE  
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PROTOCOLO COPELI  
184 23/05/14  
Jat

F. Aroldi & M.L.M. Aroldi Ltda. ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 00.129.703/0001-14, com sede na Avenida dos Pioneiros, 832, Centro, Assis Chateaubriand-PR, neste ato representado por seu sócio administrador Sr. Flavio Aroldi, vem mui respeitosa e tempestivamente, na qualidade de interessado em participar do processo licitatório **CONCORRENCIA PUBLICA Nº 100/2014**, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

O Município de Navegantes deu início ao processo licitatório referente ao serviço funerário quando publicou o Ato de Justificativa para Concessão dos serviços funerários no município, datado de 10 de março de 2014.

Ato contínuo publicou edital para realização de Audiência Pública, evento designado para o dia 08 de abril de 2014.

Até o momento, tudo de acordo com a legislação vigente.

Porém, a realização da audiência pública está eivada de irregularidades, conforme será demonstrado a seguir:

a) Ausência de publicação prévia da minuta do edital de concorrência, pois a população deveria ter acesso a matéria, para que pudesse se preparar para discutir com conhecimento de causa.

Na própria audiência foi dito que a minuta do edital seria divulgada na próxima quinta-feira (10/04), no site da Prefeitura de Navegantes e estaria aberto um prazo de 10 (dez) dias para que os munícipes encaminhassem questionamentos.

Conforme se observa no documento anexo, o texto foi efetivamente divulgado apenas no dia 11 de abril.

b) Após as formalidades de abertura, a explanação realizada na audiência acerca do edital foi bem sucinta, até mesmo porque, caso contrário, o tempo previsto para a audiência pública seria extrapolado e muito.

Após, abriu-se espaço para que os presentes fizessem perguntas escritas em formulário distribuído, direcionadas à mesa, que foram respondidas de forma objetiva e em bloco, por tratarem de questionamentos semelhantes.

Houve pontos de discordância no edital apresentado, no que tange a quantidade de funerárias, tendo interesse na continuidade de apenas uma empresa prestando o serviço; a obrigatoriedade de rodízio entre as empresas; discordância quanto a fixação/tabelamento dos valores dos serviços funerários no edital; além de terem sido levantados assuntos que não eram pertinentes à audiência, momento em que a ordem foi restabelecida.

c) Na sequência, reiterou-se que a minuta do edital estaria disponível no site da Prefeitura e aberto a questionamentos, encerrando a audiência pública.

Ato contínuo, foi publicada o edital de Concorrência n. 100/2014, na data de 23 de abril de 2014.

O impugnante solicitou verbalmente cópia da ata da Audiência Pública, para que tivesse provas do que está falando, mas foi informado que não existe Ata alguma, nem mesmo informação se houve perguntas e respostas através do site da Prefeitura.

Não houve na Audiência Pública votação ou aprovação ou qualquer tipo de acato à manifestação popular, nem positiva nem negativa. Simplesmente aconteceu a apresentação, a resposta a alguns questionamentos e encerrou-se.

Na verdade essa Audiência mais pareceu uma apresentação pura e simples, pois não houve nenhuma decisão à discussão realizada, e nem mesmo depois houve publicação da decisão da audiência pública.

Como se não bastasse, houve o descumprimento da lei n. 8.666/93, em seu art. 39, *in verbis*:

*Art. 39. Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea "c" desta Lei, o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma **audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização**, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados.*

Ou seja, não foi respeitado o prazo de 15 dias úteis para a publicação do edital, isto por si só invalida o seguimento do processo licitatório do edital de concorrência n. 100/2014

Neste sentido, o posicionamento da jurisprudência:



ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. SUSPENSÃO DO CERTAME. 1. O art. 39, da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) deve ser interpretado com vistas a assegurar a vontade do constituinte de fortalecer a participação da sociedade civil nos atos praticados pela Administração Pública. 2. As audiências públicas conferem oportunidade aos consumidores de serem informados, com especificidade, sobre todas as questões de seu interesse, inclusive sobre o custo do serviço prestado, além de possibilitar requerimentos e apresentação de propostas, concretizando a real noção de participação, idéia que norteia o novo modelo de Administração Pública. 3. O interesse que se quer proteger não é apenas a preservação do erário, mas a transparência da gestão pública e dos motivos que embasam suas opções. 4. A opção pelo critério de melhor proposta técnica em detrimento do melhor preço, em princípio, é aspecto que reside no campo da discricionariedade da Administração, mas que poderá ser discutido na audiência pública a ser realizada, sendo inviável o aprofundamento de tal discussão nesta sede de cognição sumária. (TRF-4 - AG: 71572620104040000 SC 0007157-26.2010.404.0000, Relator: JOÃO PEDRO GEBRAN NETO, Data de Julgamento: 13/07/2010, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: 04/08/2010).

Como se pode verificar, a realização da audiência pública, desde que válida e de acordo com a legislação, é imprescindível para a lisura do processo licitatório.

*In casu*, houve toda a preparação para a audiência, mas não foram obedecidos os critérios necessários para a sua validade, inclusive desrespeitando a Lei n. 8.666/93.

No que tange ao mérito do edital, melhor sorte não socorre a Administração Pública, e por coincidência, as irregularidades, entre outras, referem-se a manifestação popular ocorrida na Audiência Pública ora impugnada.

Desta forma, o cancelamento do processo licitatório de concorrência n. 100/2014 é medida que se impõe.

Para Navegantes, 22 de maio de 2014.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'F. Aroldi', is written over the company name.

F. Aroldi & M.L.M. Aroldi Ltda. ME.

Por seu Representante Legal